

COMO VÃO NOSSOS SALÁRIOS? *

Todos sabemos que nossos salários vão mal, perdendo constantemente seu poder de compra. Entretanto, os dados que medem esta perda têm pouca circulação entre os professores. Pretendemos apresentar algumas tabelas comparativas relevantes e fornecer elementos de discussão para a próxima campanha salarial, em duas linhas de argumentação:

1. Quanto estamos perdendo em relação às demais universidades brasileiras?
2. O governo do Estado tem recursos suficientes para aceitar nossa proposta?

Para que medidas concretas para a campanha salarial sejam efetivamente encaminhadas pela direção da ADUNICAMP, é preciso o respaldo e o comprometimento dos docentes. Para tal, está convocada uma Assembléia Geral para o dia 26 de novembro (3ª feira), às 14:00hs, na Sala CB-10 (Ciclo Básico) quando se espera um comparecimento maciço dos professores.

QUANTO ESTAMOS PERDENDO?

Comparamos nossos salários atuais, em RDIDP, com equivalentes nas:

- a) Autarquias Federais (salário nacional unificado);
- b) Fundações Federais (carreiras diversificadas, porém em processo de unificação). Apresentamos a tabela da UNB e a proposta da ANDES para a unificação;
- c) Universidades Estaduais de Maringá (UEM) e do Ceará (UECe).

A evolução mensal do salário em relação ao INPC, ao salário mínimo real, ao salário mínimo necessário (de acordo com DIEESE) e outras séries comparativas serão montadas e atualizadas em jan/86, quando passaremos a manter um arquivo realimentado permanentemente.

* Este artigo foi preparado pela recém-formada Comissão de Assessoria Salarial da ADUNICAMP. Os interessados em participar desta Comissão devem contatar Benta ou Ivete, na sede da ADUNICAMP ou pelo telefone 39-1148.

TABELAS SALARIAIS COMPARTIVAS (em milhares de cruzeiros).

	AUTARQUIAS FEDERAIS (a)	FUNDAÇÕES FEDERAIS		FUNDADAÇÕES UEM(d)	ESTADUAIS UECe(e)	ESTADUAIS S/ABONO	PAULISTAS C/ABONO
		UNB(b)	ANDES(c)				
AUXILIAR - II III IV	3.444		6.735	5.239	9.720	MS.1- 3.564	4.274
	3.602		7.081	5.397	10.380		
	3.901		7.444	5.558	11.046		
	4.266		7.826	5.726		MS.2- 4.527	5.432
ASSISTENTE/II III IV	4.672	8.226	8.228	7.501	11.898		
	5.098	8.577	8.651	7.724	12.720		
	5.527	8.928	9.095	7.939	13.584	MS.3- 6.214	7.457
	5.954		9.561	8.196			
ADJUNTO - II III IV	6.363	9.628	10.052	8.728	13.986		
	6.737	9.978	10.568	8.991	14.740	MS.4- 7.306	8.768
	7.076	10.328	11.111	9.260	15.544		
	7.366		11.681	9.539		MS.5- 7.721	9.265
TITULAR - II III IV			12.281	10.207	15.952		
			12.911	10.511	16.840		
	8.103	11.553	13.574	10.828	17.782	MS.6- 8.587	10.305
			14.271	11.152			

a) Último reajuste (em torno de 127%), em julho/85.

b) Reajustes semestrais em março e setembro.

c) Proposta para entrar em vigência a 01/01/86.

d) Último reajuste (99,23%), em setembro.

e) Maiores salários do País. Reajuste em novembro, calculado com INPC semestral de 73,6%, sobre salários de maio.

EXISTEM RECURSOS?

A proposta orçamentária do Estado, enviada à Assembléia Legislativa em 01 de outubro/85, prevê uma arrecadação de Cr\$ 93,1 trilhões, dos quais 38,2 trilhões (41%), para pagamento do funcionalismo, e uma taxa de inflação igual a 175%.

Apenas para comparação, a proposta do ano passado previa uma inflação de 165% e gastos com o funcionalismo de 55,8% da arrecadação (dados: F.S.P. 01/10/85).

Nas palavras do Secretário do Planejamento, José Serra: "na verdade, essa peça (orçamentária) não é tão importante como alguns parecem acreditar pois, na verdade, ela apenas indica previsões". "Mais do que dotações iniciais, o que vale são os dados físicos". "Veja, por exemplo, a dotação para o funcionalismo, Cr\$ 38 trilhões. Isso vai crescer ou não, dependendo de como a inflação se comportar e se a receita do ICM crescer".

Com dados da própria administração estadual, vemos que a conta "TOTAL DE PESSOAL E REFLEXOS" se mantém em torno de 60% da parte do Estado na arrecadação do ICM, entre 79 e 83. A partir deste ano (ou seja, na administração atual), a conta está abaixo do patamar histórico. Dados de 1985, até julho, indicam variação da conta entre 41% e 49%, com exceção do último mês de julho, com 57%, logo após o reajuste.

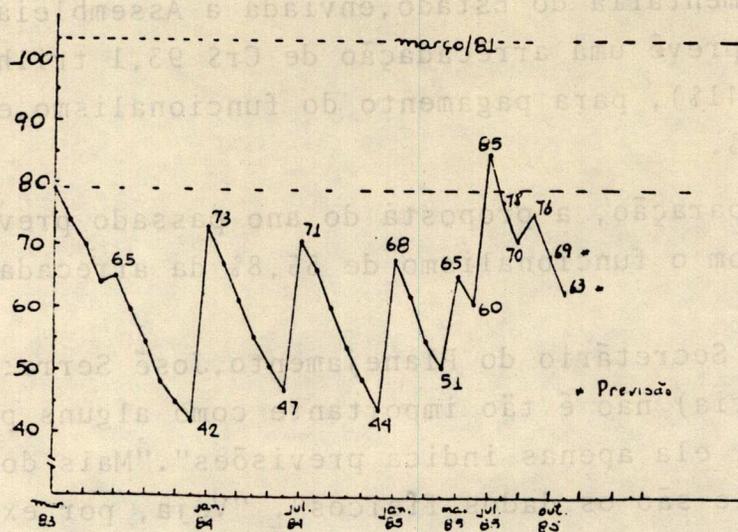
Portanto, considerando os dados acima e que a economia brasileira está em pleno reaquecimento, com reflexos imediatos na arrecadação, em termos reais, podemos afirmar que existem recursos. A alocação dos mesmos, para o pagamento do funcionalismo ou outras destinações, deixa de ser uma questão técnica e passa a ser política. A ADUNICAMP encaminhará propostas na Assembléia de 26/11/85 e espera que todos os docentes também tragam as suas.

PODER AQUISITIVO REAL

Pelo gráfico (no verso), podemos ter uma estimativa dos picos salariais reais, deflacionados pelo INPC. Estimamos uma variação de 10% no INPC de novembro e dezembro. Para podermos recuperar o poder aquisitivo de julho de 85, o reajuste sobre os salários (sem incorporar o abono) deve ser da ordem de 80%. Para recuperarmos o poder aquisitivo de março/81, o reajuste deve ser da ordem de 110%.

Entretanto, é necessário ressaltar que esses dados permitem calcular apenas os índices de reajuste. Um levantamento mais rigoroso deve considerar as perdas mês a mês, quando o salário nominal é constante e o INPC crescente. Estes dados estarão acessíveis a todos os docentes a partir de fev/86, quando teremos nosso banco de dados econômico-salariais.

GRÁFICO



Evolução do salário real mensal durante o governo Montoro.

ASSEMBLÉIA GERAL

PAUTA:

1. CAMPANHA SALARIAL
2. ESCOLHA DE DELEGADOS CONGRESSO/ANDES

LOCAL: CB-10 (Ciclo Básico)

HORÁRIO: 14:00hs

SUA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL!!!

data **26.11.85**

REUNIÃO ABERTA SOBRE O CONGRESSO DA ANDES

Venha conversar sobre a ANDES e a escolha dos delegados para o Congresso, no próximo dia 25/11/85, às 14:00hs na CB-10 (Básico). Congresso da ANDES de 19 à 24/01/86, em Salvador-Ba .

Campinas, 19/11/1985.

A DIRETORIA

CONFRATERNIZAÇÃO ENTRE PROFESSORES, ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS

Cerveja a Cr\$ 2.000. Outros comes e bebes, som,...

Dia 21/11/85, (5a feira) às 15:30hs. LOCAL: BOSQUE DO BÁSICO

ensino público e gratuito: direito de todos, dever do estado.